



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001282-17.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **Carlos Alberto Picagli Me**  
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança proposta por **CARLOS ALBERTO PICAGLI ME** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, alegando, em síntese, que é credor do requerido, da importância de R\$ 50.820,02, em razão de serviços prestados e pelas peças substituídas, em veículos do requerido, não tendo recebido o pagamento correlato, embora tenha havido promessa de pagamento futuro.

O Município de São Carlos apresentou contestação (fls. 36), questionando os serviços realizados e peças trocadas, eis que não confirmados pelo setor competente, não tendo sido adotadas as formalidades legalmente previstas.

**É O RELATÓRIO.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

O processo comporta julgamento antecipado, sendo desnecessária a dilação probatória.

O pedido não comporta acolhimento.

A autora alega que prestou serviços para o Município e efetuou troca de peças, mas junta para comprovar o alegado apenas os orçamentos de fls. 13/28, que sequer mencionam o valor de mão de obra, não constando deles nenhuma assinatura de recebimento das peças.

Note-se que a autora nem ao menos declarou com qual funcionário da Prefeitura teria combinado os serviços.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ademais, não foi emitida nota fiscal e não foram seguidas as formalidades necessárias para a contratação com o Poder Público, sendo que o Departamento de Gestão do Cuidado Hospitalar informou (fls. 42) que não há nenhum documento na respectiva secretaria sobre a empresa autora; que não há assinatura de nenhum servidor solicitando ou aprovando os serviços de mecânica a serem realizados; que não há autorização do Secretário Municipal da época, nem empenho dos serviços ou ordens de serviço emitidas.

Assim, embora seja vedado o enriquecimento sem causa, certo é que não se tem a menor segurança de que as peças foram adquiridas e os serviços realizados, pois não se tem sequer um recibo a respeito, mas apenas orçamentos unilateralmente elaborados.

Ante o exposto, julgo processo com resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P I

São Carlos, 27 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**